

ENTRE O FALAR E O FAZER: AÇÃO VERBAL É AÇÃO MATERIAL COMO PARÂMETROS CONTEXTUAIS

Theodoro C. FARHAT¹

Paulo Roberto GONÇALVES-SEGUNDO²

DOI: <http://dx.doi.org/10.21165/gel.v20i2.3462>

Resumo: Com o objetivo de fundamentar análises contextuais detalhadas, empiricamente testáveis e comparáveis, este artigo, amparado nos princípios da Linguística Sistêmico-Funcional, apresenta a descrição paradigmática de dois sistemas contextuais do parâmetro de campo: AÇÃO VERBAL e AÇÃO MATERIAL. Em primeiro lugar, localizamos tais sistemas, baseados nos trabalhos de Hasan (1999, 2014, 2020), em relação às dimensões globais de estratificação, instanciação e metafunção; depois, explicitamos as opções de cada sistema e suas potenciais inter-relações; discutimos, então, como se pode chegar a princípios realizacionais restritos a graus intermediários da escala de instanciação; depois, ilustramos como os subsistemas podem ser utilizados para descrever contextos de situação e, assim, possivelmente chegar a generalizações contextuais (no caso, o contexto global de um grupo de Facebook); por fim, fazemos considerações sobre como a proposta apresentada se relaciona com a descrição topológica de Matthiessen do parâmetro de campo, indicando convergências, divergências e complementaridades.

Palavras-chave: Contexto. Ação verbal. Ação material. Campo de ação. Paradigma contextual.

1 Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil; theo.cfar@gmail.com; <https://orcid.org/0000-0002-9646-6301>

2 Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil; paulosegundo@usp.br; <https://orcid.org/0000-0002-5592-8098>

BETWEEN SAYING AND DOING: VERBAL ACTION AND MATERIAL ACTION AS CONTEXTUAL PARAMETERS

Abstract: In order to provide a basis for detailed, empirically testable, and comparable contextual analyses, this article, grounded in the principles of Systemic Functional Linguistics, presents a paradigmatic description of two contextual systems within the field parameter: VERBAL ACTION and MATERIAL ACTION. Firstly, we position these systems, drawing from Hasan's work (1999, 2014, 2020), in relation to the overarching dimensions of stratification, instantiation, and metafunction. Next, we outline the choices within each system and explore their potential interrelationships. We discuss how realization principles can be limited to intermediate degrees on the instantiation scale. Subsequently, we illustrate how these subsystems can be employed to describe situational contexts and potentially lead to contextual generalizations, as demonstrated in the global context of a Facebook group. Finally, we consider how this proposed approach relates to Matthiessen's topological description of the field parameter, highlighting convergences, divergences, and complementarities.

Keywords: Context. Verbal action. Material action. Field of action. Contextual paradigm.

Introdução

As relações entre texto e contexto estão entre as maiores preocupações de diversas disciplinas dos estudos da linguagem: a pragmática, a linguística textual, a análise do discurso, a linguística antropológica, entre outras. Entretanto, muitas vezes os analistas enfrentam um paradoxo: são instruídos a analisar textos como entidades semióticas contextualizadas, mas não estão amparados por um arcabouço teórico-metodológico que possibilite análises *contextuais* detalhadas, empiricamente testáveis e comparáveis. Isso pode prejudicar a construção de modelos teoricamente consistentes e aplicáveis a diferentes *corpora*, já que glosas contextuais informais, embora produtivas para análises singulares, são problemáticas quando se procura alcançar graus mais elevados de generalidade.

Este artigo, ancorado nos princípios da Linguística Sistêmico-Funcional, procura discutir possíveis caminhos para tratar tal problema, apresentando as descrições paradigmáticas de dois sistemas contextuais – AÇÃO VERBAL e AÇÃO MATERIAL – como parâmetros para a análise contextual. Para isso, sustentamo-nos nas descrições sistêmico-funcionais do parâmetro de campo originalmente propostas por Hasan (1999, 2020), para as quais apresentamos aprimoramentos em diversos pontos.

O texto está organizado da seguinte forma: em primeiro lugar, expomos brevemente as dimensões sistêmico-funcionais de estratificação, metafunção e instanciação, localizando o parâmetro de campo e seus subsistemas de AÇÃO VERBAL e AÇÃO MATERIAL. Depois, passamos à descrição de tais subsistemas, explicitando as opções de cada um e suas inter-relações. Fazemos, então, uma discussão de como se pode chegar, a partir de estudos preliminares, a princípios realizacionais restritos a graus intermediários da escala de instanciação, associando opções contextuais a opções semânticas; depois, ilustramos como os subsistemas podem ser utilizados para descrever diferentes contextos de situação e, com isso, gerar hipóteses para a caracterização de contextos mais gerais (no caso exposto, o contexto global de um grupo de Facebook). Por fim, fazemos considerações sobre como a proposta apresentada pode ser relacionada com a descrição topológica que Matthiessen (2015a, 2015b) propõe para o parâmetro de campo, indicando convergências, divergências e complementaridades.

Localizando a ação: estratificação, instanciação e metafunção

Antes de descrevermos os sistemas em foco neste artigo, é necessário localizá-los em relação às três dimensões semióticas globais que organizam a Teoria Sistêmico-Funcional:³ estratificação, instanciação e metafunção (Halliday; Matthiessen, 2014).

Em termos de estratificação, isto é, em relação aos diferentes graus de abstração simbólica em que se organiza a linguagem-em-contexto, o parâmetro de campo está posicionado no estrato de *contexto*. Nesse nível, o mais elevado no modelo sistêmico-funcional, descrevem-se variáveis socioculturais inferíveis a partir dos significados de um texto, implicando que ser “fluente” em uma língua significa não só saber ler um texto em si, como um objeto autônomo, mas compreender o contexto em que o texto foi produzido. Isso também se aplica à produção: produzir textos não é simplesmente emitir seqüências de orações coesas e coerentes, mas ativar significados compatíveis com variáveis situacionais. Um fator importante nesse modelo é que a relação entre os estratos (contexto, semântica, léxico-gramática, fonologia e fonética) é ordenada da seguinte forma:

- contexto \searrow linguagem;
- = contexto \searrow (conteúdo \searrow expressão);
- = contexto \searrow ((semântica \searrow léxico-gramática) \searrow (fonologia \searrow fonética)).

³ Escrevemos “Teoria Sistêmico-Funcional” (em vez de “Linguística Sistêmico-Funcional”) porque as dimensões globais são relevantes para investigar qualquer fenômeno semiótico, não somente os verbais.

- | Entre o falar e o fazer: AÇÃO VERBAL e AÇÃO MATERIAL como parâmetros contextuais

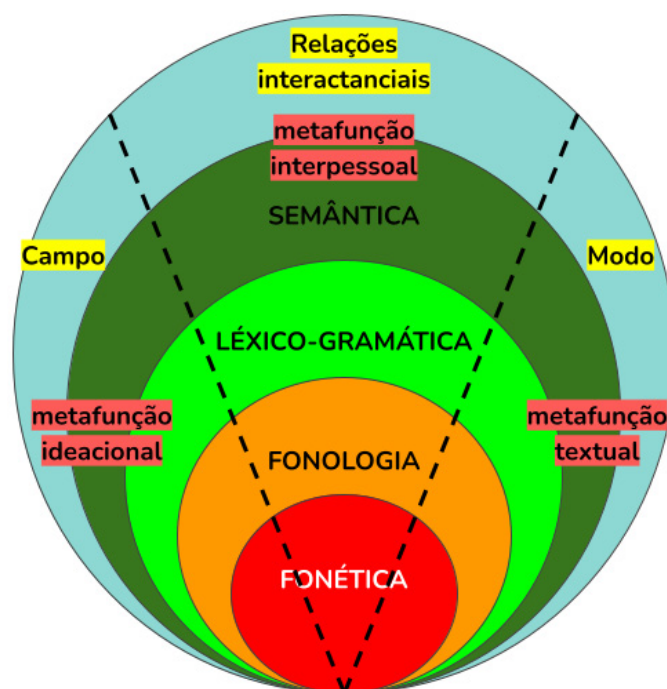
Aqui, \succ indica a relação de *realização*: a “ressonância” entre padrões contextuais e semióticos, de modo análogo às ressonâncias entre conteúdo e expressão, semântica e léxico-gramática, etc. Para os propósitos deste artigo, importa explicitar que AÇÃO VERBAL e AÇÃO MATERIAL são sistemas no estrato do contexto: em outras palavras, trata-se de sistemas eminentemente *sociossemióticos*, descrevendo variáveis que, embora não intrinsecamente semióticas, dependem crucialmente de sistemas de significação para sua expressão – ou, nos termos sistêmico-funcionais, sua realização, que, na trilha de Hasan (2009), compreendemos tanto como *ativação* (“de cima para baixo” – do contexto para a linguagem) quanto como *construção* (“de baixo para cima” – da linguagem para o contexto).

Por exemplo, uma das categorias que apresentaremos abaixo, [ação material: concomitante: focal]⁴ (por exemplo, a ação de dirigir um carro enquanto se conversa), é facilmente interpretável como um fator “externo” que tem impacto sobre o texto, indicando uma relação de *ativação* (do contexto para o texto); outras, porém, como [ação verbal: constitutiva: conceitual: epistêmica] (por exemplo, a ação de falar sobre o que é uma célula), são muito mais diretamente analisadas como resultado de *construções* (do texto para o contexto); e por vezes é impossível declarar certamente se há predomínio de ativação ou de construção. Assim, a categoria de realização, ao capturar a relação fundamental de ressonância interestratal, mas sem se comprometer com uma só direcionalidade, é de grande valor analítico.

Passando à próxima dimensão, uma das grandes contribuições sistêmico-funcionais para a compreensão das relações texto-contexto está em hipotetizar que as ressonâncias entre linguagem e contexto não são caóticas, mas organizadas em termos de *metafunções* – funções que, de tão gerais, fazem parte da própria organização do sistema linguístico. Assim, a metafunção interpessoal, que lida com a encenação de papéis e relações entre falantes, ressoaria com o parâmetro de relações interactanciais, que compreende sistemas como DISTÂNCIA SOCIAL e STATUS; a textual, que engloba os recursos linguísticos utilizados na construção de textura semiótica, ressoaria com o modo, em que se lida com as possibilidades de CONTATO entre os falantes; e, enfim, a ideacional, que lida com a linguagem como meio de construção e articulação de experiências, ressoaria com o campo, que envolve as variáveis contextuais *acionais*: o que se faz *enquanto se fala e por meio* da fala. Ver Figura 1:

4 Utilizamos colchetes, seguindo o uso de Hasan (2014, etc.), para marcar o conjunto de escolhas feitas em uma rede sistêmica.

Figura 1. Estratificação e metafunções



Fonte: Adaptado de Halliday e Matthiessen (2014, p. 26)

Essas ideias, que constituem o que Hasan (2014) denomina “hipótese de ressonância entre contexto e metafunções” (*context-metafunction resonance hypothesis*), permitem a formulação de perguntas de pesquisa específicas e testáveis, como: qual a distinção contextual, em termos de ação, entre uma aula e uma conversa casual?; tal distinção é refletida em termos ideacionais?; quais?; há semelhanças?; quais?; etc. Deve-se ter cautela, porém, para não tomar a hipótese como dogma: embora de fato se trate de uma ideia extremamente produtiva, há exceções importantes, como mostra Thompson (1999).⁵

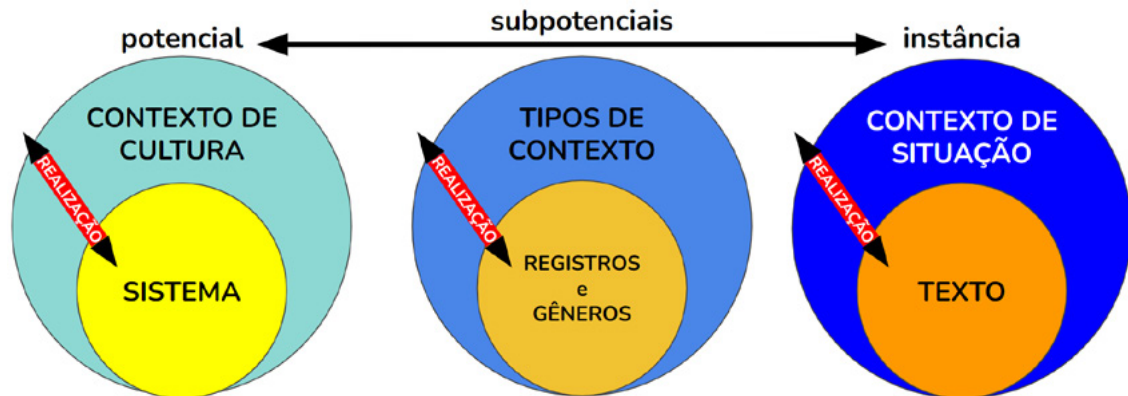
Passando, enfim, à *instanciação*, tal dimensão captura a ideia de que podemos observar a linguagem em diferentes níveis de generalidade: no nível da instância, tem-se um texto específico e, atrelado a ele (por meio da realização), um contexto de situação; no nível do sistema, por outro lado, encontra-se o potencial de significação da língua, associado a um contexto de cultura, isto é, a um “potencial de situações”; em um nível intermediário, enfim, encontramos os subpotenciais: registros e gêneros que se associam a contextos mais gerais do que o de situação, mas mais específicos do que o de cultura,

⁵ Por exemplo, Thompson (1999) mostra que o uso da elipse, um recurso textual – e, portanto, associado ao parâmetro de modo –, está também ligado a variáveis das relações interactanciais, como a distância social: interlocutores “íntimos” tomam muitas informações como mutuamente conhecidas, não sendo necessário explicitá-las.

- | Entre o falar e o fazer: AÇÃO VERBAL e AÇÃO MATERIAL como parâmetros contextuais

como instituições e esferas culturais. Em termos probabilísticos, enquanto no potencial temos o que *pode ocorrer*, na instância há o que de fato *ocorreu*; e, nos subpotenciais, descreve-se o que *costuma ocorrer* em um tipo de contexto. Ver Figura 2:

Figura 2. Instanciação



Fonte: Elaboração própria

Outro modo de compreender tais caracterizações globais é relacioná-las a uma dimensão semiótica específica: a dos eixos paradigmático e sintagmático. O potencial é associado ao primeiro: o paradigma, que é compreendido como a representação das opções disponíveis; a instância, por sua vez, associa-se ao sintagma: o resultado das “escolhas” (conscientes ou não) no paradigma, formando estruturas (que podem ser de diferentes tipos, a depender da metafunção (Martin, 1996)).⁶ Aqui, duas grandes contribuições da Teoria Sistêmico-Funcional são evidenciadas: um formalismo que permite a descrição de paradigmas mais complexa e exaustiva do que abordagens tradicionais, formando redes sistêmicas (*system networks*); e a hipótese de que o contexto de cultura (o “potencial de situações”) pode ser descrito paradigmaticamente, o que possibilita sistemas como os apresentados na próxima seção.⁷

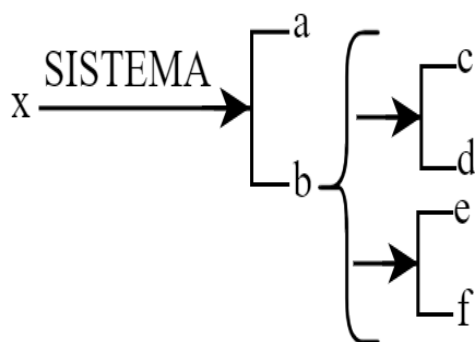
Existe um conjunto de convenções para representar redes sistêmicas – ver, por exemplo, Halliday e Matthiessen (2014, p. IX-XI) e Hasan (2014). Para os paradigmas que apresentaremos neste artigo, basta saber que colchetes – [– representam escolhas mutuamente exclusivas (*X ou Y*), enquanto chaves – { – indicam escolhas simultâneas

6 Não se devem confundir, entretanto, “paradigma” com “potencial” e “estrutura” com “texto”. Trata-se de conceitos associados a dimensões distintas. Por exemplo, pode-se considerar que a configuração “Agente conflui com Sujeito” para a voz ativa é uma *estrutura no potencial*.

7 Até que ponto as redes sistêmicas dão conta da descrição contextual ainda é uma questão em aberto. É provável que, além de abordagens tipológicas e topológicas (Martin; Matthiessen, 1991), serão necessários outros modelos.

(P e Q). Assim, na Figura 3, o SISTEMA, que se aplica sempre que se analisa a condição de entrada x , leva a escolher entre a e b ; se a escolha for b , deve-se escolher *simultaneamente* entre c e d e entre e e f , gerando as seleções [c; e], [c; f], [d; e] e [d; f].

Figura 3. Convenções sistêmicas básicas



Fonte: Elaboração própria

Por exemplo, no sistema semântico de FUNÇÕES DA FALA (Halliday; Matthiessen, 2014, p. 136), as opções [demandar] e [fornecer] (opostas por um colchete) se combinam simultaneamente (o que é indicado por uma chave) com as opções [informações] e [bens-e-serviços] (também opostas por colchete), gerando quatro possibilidades de combinação: perguntas ([demandar; informação]), declarações ([fornecer; informação]), ordens ([demandar; bens-e-serviços]) e ofertas ([fornecer; bens-e-serviços]). A partir dessas seleções, é possível refinar o sistema, propondo novas oposições – ver, por exemplo, Farhat e Gonçalves-Segundo (2021a).

Assim, em conclusão, podemos reenquadrar o objetivo deste artigo da seguinte forma: apresentar o paradigma contextual de dois sistemas que, constituindo parte do parâmetro de campo, estão realizacionalmente alinhados à metafunção ideacional. Com isso, providenciaremos uma descrição parcial, mas importante, do potencial de situações que a língua, enquanto sistema, realiza.⁸

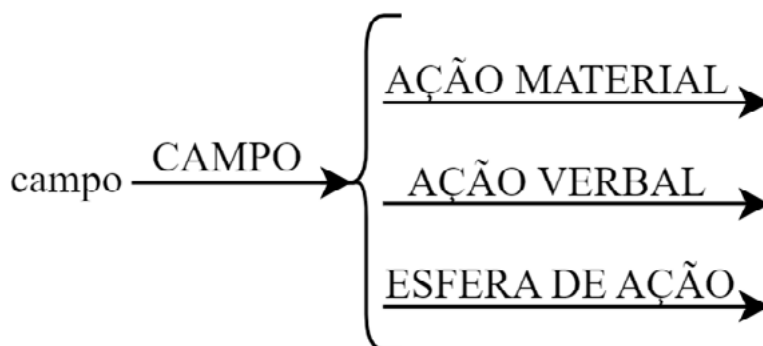
⁸ Uma questão que não tocamos é o fato de que os sistemas apresentados foram originalmente criados com base em textos em inglês, especialmente da cultura australiana. Como o contexto de cultura brasileiro é outro, poderíamos esperar diferenças nos sistemas. Nosso trabalho empírico não encontrou, porém, evidências para tais distinções. Trabalhos futuros provavelmente poderão chegar nesse ponto, especialmente com a execução de análises contextuais quantitativas em larga escala.

- | Entre o falar e o fazer: AÇÃO VERBAL e AÇÃO MATERIAL como parâmetros contextuais

Os sistemas de AÇÃO VERBAL e AÇÃO MATERIAL como parâmetros contextuais

Na proposta de Hasan (1999, 2020), o campo é descrito por três sistemas simultâneos. A autora afirma que o “conceito mais importante para o campo é ação: o que está sendo feito. Todo o resto do campo pode ser visto como uma elaboração desse conceito” (1999, p. 274, todas as traduções são nossas). Não há espaço aqui para explorar profundamente as motivações teóricas, epistemológicas e metodológicas que subjazem à descrição do parâmetro; a leitura de Hasan (particularmente o texto de 1999) é, portanto, fortemente recomendada.

Figura 4. Os sistemas primários de campo



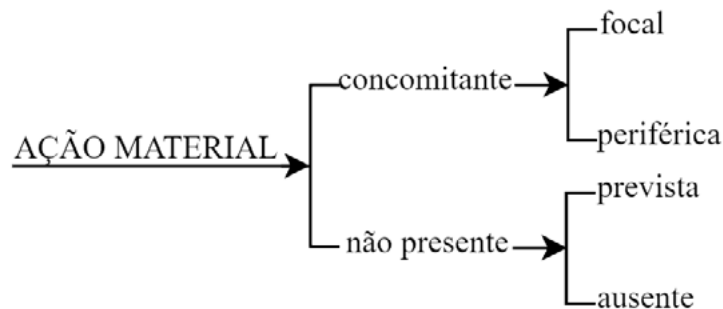
Fonte: Adaptado de Hasan (1999, p. 300)⁹

Os sistemas simultâneos primários do campo são: AÇÃO MATERIAL, AÇÃO VERBAL e ESFERA DE AÇÃO: ver Figura 4. O sistema de AÇÃO MATERIAL lida com o fato de que pode haver ações não verbais que “influenciam de alguma forma a ação linguística” (Hasan, 1999, p. 274). As versões de tal sistema apresentadas por Hasan em seus textos de 1999 e 2020 diferem significativamente.¹⁰ Ambas têm vantagens e desvantagens em termos analíticos, o que nos levou a propor um sistema que combina as duas propostas: ver Figura 5.

⁹ Note-se que [campo] é, portanto, a unidade contextual que serve de condição de entrada para o sistema global de CAMPO (que comporta AÇÃO MATERIAL, AÇÃO VERBAL e ESFERA DE AÇÃO).

¹⁰ No texto de 1999, o sistema apresentava as opções [presente] e [não presente: posterior/ausente], enquanto no de 2020 as opções são [corrente: focal/periférica] e [posterior]. O sistema na Figura 5 interpreta “presente” e “corrente” como [concomitante] e incorpora as categorias mais detalhadas de ambas as versões (com “posterior” interpretada como [prevista]).

Figura 5. O sistema de AÇÃO MATERIAL



Fonte: Elaboração própria com base nas propostas de Hasan (1999, p. 300; 2020, p. 276).

Os critérios básicos para distinguir as opções do sistema são os seguintes:

- Concomitância: a ação material em questão ocorre ao mesmo tempo que a ação verbal? Sim: [concomitante]; não: [não presente].
- Centralidade: se [concomitante], a ação material é centralmente relevante para a ação verbal? Sim: [focal]; não: [periférica].
- Previsão: se [não presente], a ação material é “esperada” pela ação verbal? Sim: [prevista]; não: [ausente].

De modo geral, o que tal sistema explicita é que há quatro graus de envolvimento com uma ação material:

1. Em um grau máximo, a ação material é [concomitante] – isto é, ocorre ao mesmo tempo que a ação verbal – e [focal], ou seja, está no centro das atenções da situação, de modo que, como veremos, a ação verbal será somente [auxiliar]. Pensemos, por exemplo, na relação entre a ação material de preparar comida e as rápidas interações verbais que ocorrem em cozinhas de restaurantes para facilitar esse preparo.
2. Em seguida, a ação material pode ser [prevista] pela ação verbal, embora não seja concomitante a ela. Exemplos aqui são receitas gastronômicas e manuais de instalação de equipamentos.
3. Em um grau menor de envolvimento, a ação material pode ser somente [periférica]: é concomitante à ação verbal, mas com pouca relação com o que é feito verbalmente. Por exemplo, se uma pessoa dirige um carro e ao mesmo tempo conversa sobre cinema, a ação de dirigir terá estatuto periférico: é presente e pode influir sobre a ação verbal, mas incidentalmente (ver, por

exemplo, o clássico estudo de Goodwin (1984) sobre as ações de interactantes que conversam enquanto jantam).

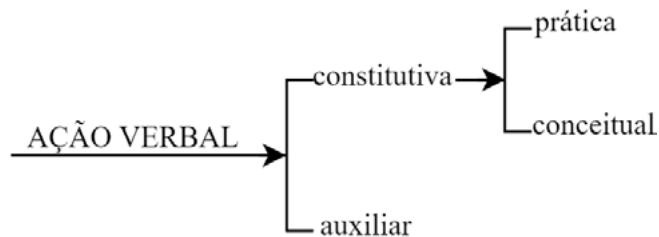
4. Finalmente, em um grau mínimo, a ação material pode ser [ausente]: nada no texto indica uma relação do que é dito com algo feito materialmente. Veremos que tal opção costuma estar associada a casos de ação verbal [conceitual], em que o que está em jogo independe de ações materiais externas.

Note-se que esse *continuum* explicita o fato de que a ação material só entra em jogo porque ela pode influir sobre o que se faz verbalmente: o modelo não se pretende um instrumento de “análise acional”, mas sim de análise *contextual* para textos *verbais* – o que pode envolver a ação material.

Passemos ao sistema de AÇÃO VERBAL, que tem uma relação ordenada com as opções de AÇÃO MATERIAL. Esse sistema dá conta do fato de que, em algumas situações, a performance verbal pode ser [auxiliar], isto é, “não constitui a atividade, mas simplesmente ajuda a sua condução” (Hasan, 1999, p. 276); nesses casos, a ação verbal está subordinada a uma ação material imediata. Um bom exemplo é um jogo de futebol: a ação material [focal] em que os jogadores estão envolvidos é justamente *jogar futebol*; durante a partida, pode até haver o uso de signos verbais para auxiliar os jogadores, mas tais signos não constituem a execução das ações que fundamentam o jogo – eles são somente [auxiliares].

Caso não seja [auxiliar], a ação verbal será [constitutiva]: o que define a atividade é justamente seu componente linguístico. Voltando ao exemplo acima: quando duas pessoas conversam e uma dirige um carro, a AÇÃO VERBAL pode ser caracterizada como auxiliar – por exemplo, a pessoa que está dirigindo pode não estar acostumada com o carro em questão e precisar de auxílio verbal da outra pessoa para que dirija adequadamente – ou constitutiva – os participantes podem estar conversando sobre os mais diversos assuntos, independentemente do fato de também ocorrer na situação a ação material de dirigir.

A questão do grau de “constitutividade” da ação verbal é tradicionalmente entendida como “papel da linguagem”, o que a levou a ser alocada no parâmetro de modo (ver p. ex. Halliday, 1978; Halliday; Hasan, 1989). Entretanto, Hasan (1999) propõe que a distinção entre [auxiliar] e [constitutiva] trata, na realidade, da natureza da atividade linguística, o que motiva sua alocação no campo. Bowcher (2014) explora tal discussão, optando pela alocação mais tradicional. Trata-se, de fato, de uma questão polêmica, que talvez possa ser solucionada por uma perspectiva topológica sobre o contexto – por exemplo, poderíamos considerar a “constitutividade” uma parte do campo que está topologicamente “próxima” do parâmetro de modo, o que explicaria sua indeterminação. Seja como for, aqui seguiremos a proposta de Hasan (1999, 2020), mantendo a AÇÃO VERBAL no campo.

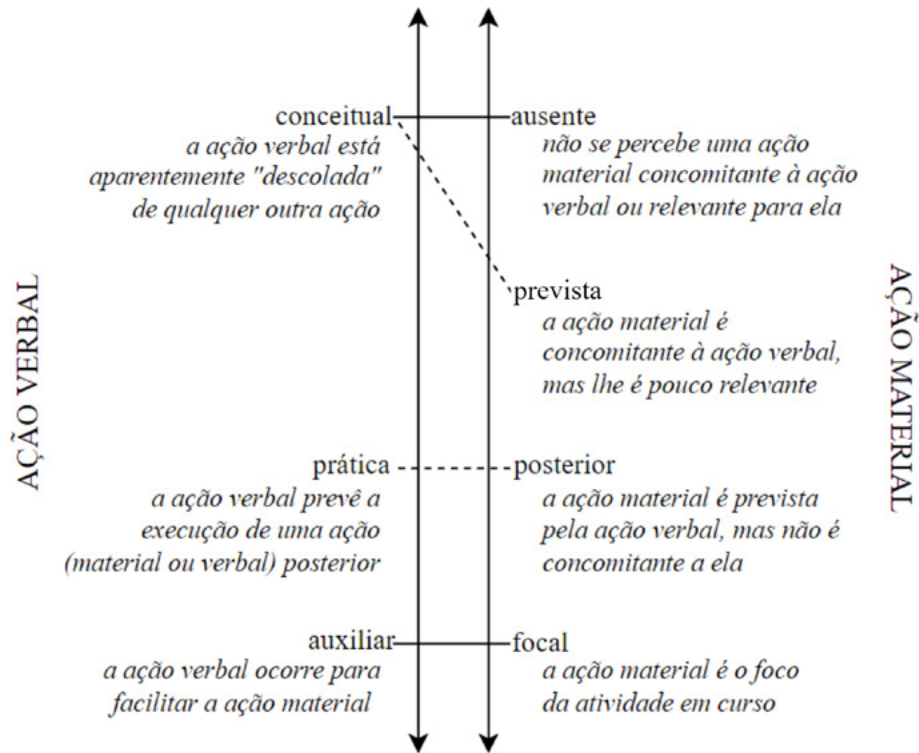
Figura 6. Opções iniciais do sistema de AÇÃO VERBAL

Fonte: Adaptado de Hasan (1999, p. 300)

Como mostra a Figura 6, ações verbais constitutivas podem ser [práticas] ou [conceituais]. Eventos com ação verbal [constitutiva: prática] são aqueles que, apesar de fundamentados pela linguagem, têm uma associação forte com uma exterioridade não imediata, sempre prevenindo a realização de uma ação posterior, seja ela material ou verbal; já aqueles com ação verbal [conceitual] são caracterizados justamente por não preverem tal ação futura, o que lhes confere um caráter mais “abstrato” (que pode ser especificado em várias dimensões, como veremos mais abaixo). Isso indica, então, que a ação verbal [prática], embora constitutiva, é relativamente próxima da ação [auxiliar], visto que ambas se associam a uma ação exterior. Isso sugere um *continuum* de “constitutividade” que iria de casos em que a linguagem é puramente auxiliar até aqueles em que é conceitual, passando pelas ações práticas. Tal *continuum* estaria probabilisticamente associado ao *continuum* de AÇÃO MATERIAL, indo desde a ação material [focal] até a ação material [ausente]: ver Figura 7 e Quadro 1.

- | Entre o falar e o fazer: AÇÃO VERBAL e AÇÃO MATERIAL como parâmetros contextuais

Figura 7. Os *continua* de AÇÃO VERBAL e AÇÃO MATERIAL e suas relações probabilísticas



Fonte: Elaboração própria

Quadro 1. Exemplos de combinação entre AÇÃO MATERIAL e AÇÃO VERBAL

AÇÃO VERBAL	AÇÃO MATERIAL	Exemplo
auxiliar	Focal	Jogador de futebol sinaliza a colega de time que lhe passará a bola.
prática	Prevista	Cozinheiro lê uma receita de bolo.
constitutiva	Periférica	Casal discute relacionamento enquanto janta.
	Ausente	Orientador e orientando discutem questões teóricas em reunião destinada a isso.

Fonte: Elaboração própria

Na Figura 7, as linhas entre os *continua* indicam a força hipotética da relação probabilística entre certas opções: [focal] e [auxiliar] estão fortemente ligadas – é difícil imaginar outra combinação; [ausente] e [conceitual] também, embora [conceitual] também possa ocorrer em casos em que a ação material é [periférica]; enfim, a ação material [posterior] estaria bastante associada à ação verbal [prática] (ver, porém, ressalvas a seguir).

Quando a ação verbal é prática, tem-se acesso a dois sistemas simultâneos, expostos na Figura 8.

Figura 8. Sistemas especificando ações verbais práticas



Fonte: Elaboração própria

O primeiro diz respeito à “direção” da ação posterior – lembrando que ações verbais práticas sempre se associam a uma ação prevista verbalmente: pode haver uma [direção verbal], quando a ação posterior é também verbal; ou uma [direção material], com uma ação material [prevista]. Note-se, portanto, que a questão é mais complexa do que o *continuum* na Figura 7 parece indicar: ações verbais práticas com direção material de fato se associam a ações materiais [previstas], mas ações verbais práticas com direção verbal tendem a estar associadas a ações materiais [ausentes] ou [periféricas], visto que a ação que preveem não é material.

O segundo sistema explicita de que modo a ação prática pode estar relacionada à ação posterior. Considerando que toda ação verbal prática é caracterizada por um “fazer-fazer”, podemos classificar seus subtipos como:

- habilitação: fazer-*poder*-fazer
- regulação: fazer-*dever*-fazer
- incitação: fazer-*querer*-fazer

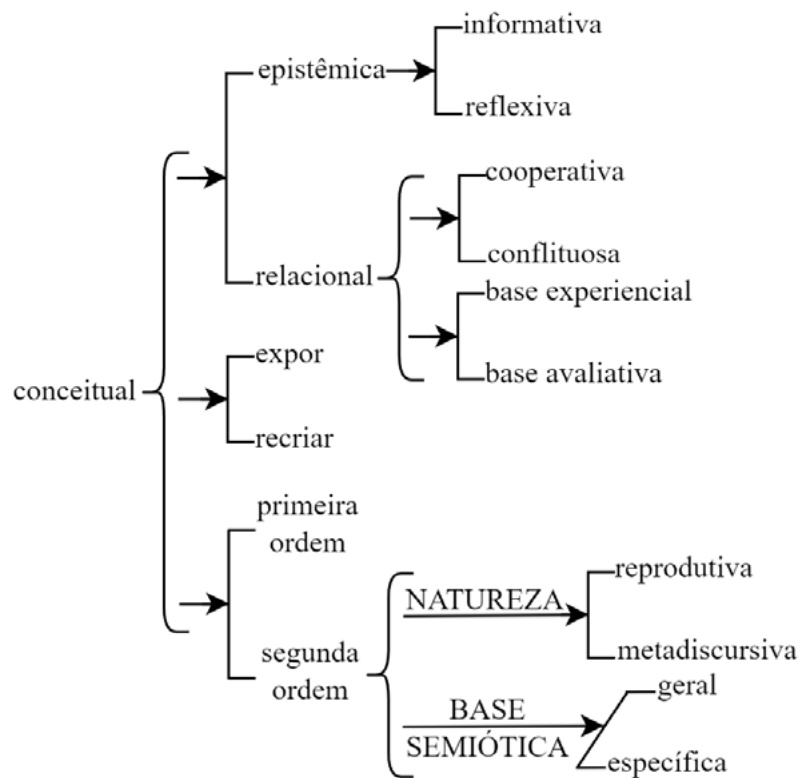
As ações de *habilitação* levam a *poder* fazer. Em outras palavras, há um intermediário de “capacidade” (ligado, portanto, à modalidade dinâmica) entre a ação presente (o primeiro “fazer”) e a ação posterior (o segundo “fazer”). Por exemplo, após ler uma receita, o leitor pode passar a *poder* (no sentido de “conseguir”) fazer um bolo, mas isso não implica que o bolo será feito imediatamente. As ações de *regulação*, por sua vez, se caracterizam por sua natureza deôntica: elas fazem-*dever*-fazer. Além disso, elas muitas vezes são negativas – um exemplo claro é fornecido por regras de grupos de Facebook (p. ex., *Não é permitido publicar (ou incluir comentários) sobre assuntos envolvendo política,*

- | Entre o falar e o fazer: AÇÃO VERBAL e AÇÃO MATERIAL como parâmetros contextuais

religião e outros temas polêmicos). Enfim, as ações de *incitação* são as de *fazer-querer-fazer*: seu objetivo é levar o enunciatário *volitivamente* ao fazer secundário; ele já pode e sabe (como, o que, etc.) fazer, só precisa ser incitado à ação posterior (por exemplo, em anúncios de natureza comercial: “compre já”, “trabalhe conosco”).

Passemos agora às opções mais delicadas de ação verbal [constitutiva: conceitual]. Tal opção permite o acesso a três sistemas *simultâneos*: distinção (i) entre ações [relacionais] e [epistêmicas]; (ii) entre ações verbais de [primeira ordem] e de [segunda ordem]; (iii) entre [recriar] e [expor]. Ver Figura 9:

Figura 9. Sistemas simultâneos a partir de [constitutiva: conceitual]



Fonte: Elaboração própria a partir de Hasan (1999, p. 292)

A primeira oposição é a entre ações [relacionais] e [epistêmicas]. Ações epistêmicas são centradas na construção de objetos cujo conhecimento é considerado relevante pelos participantes, focando em suas propriedades (percebidas como) “objetivas” – isto é, apresentadas (ou defendidas) como “evidentemente consensuais”. Identificamos dois grandes tipos de ações epistêmicas: as [informativas], que se caracterizam pelo foco na transmissão de informações, com potencial mínimo de dissenso (pense-se, por exemplo, em notícias e relatórios que se fundam em acordos sobre sua factualidade, dado o papel

social das esferas em que se inserem); e as [reflexivas], em que o estatuto epistêmico do objeto em discussão é mais instável, o que dá amplo espaço para movimentos argumentativos em favor de uma visão ou outra – é o caso, por exemplo, na esfera jornalística, dos editoriais; e, na científica, de textos que se voltam a polêmicas teóricas, epistemológicas, etc.

Ações relacionais, por sua vez, são aquelas que se dedicam à instauração e à negociação de relações entre os participantes. Podem ser [cooperativas] ou [conflituosas]. Por exemplo, seriam tipicamente [relacionais: cooperativas] as seguintes atividades: conversas casuais amigáveis (ver, por exemplo, o conhecido estudo de Eggins e Slade (1997)), troca de piadas “benevolentes” (isto é, que não têm um dos interactantes como “alvo”) e, de modo geral, demonstrações de afiliação e solidariedade entre os interactantes; por outro lado, seriam [conflituosas] as “brigas” verbalizadas, a prática de insultos, o uso de sarcasmo e, de modo geral, interações que levam a um aumento da distância social entre os participantes. Note-se que, por suas tendências ao dissenso, muitas ações epistêmicas reflexivas podem “desandar” e adquirir uma natureza relacional – deixa-se de discutir a natureza de um objeto e passa-se a debater a própria relação entre os debatedores. Assim, dependendo do caso, os limites entre tais categorias podem ser bastante difusos.

As ações relacionais podem ter, além disso, uma base [avaliativa] – pense-se, por exemplo, no que ocorre quando fãs de um mesmo artista se reúnem e, a partir de sua positividade coletiva em relação ao artista e sua obra, formam semioticamente uma comunidade (para exemplos, ver Farhat (2022a)) – ou [experencial] – o que ocorre quando a relação entre os interactantes toma como base suas experiências convergentes ou divergentes, o que se dá, por exemplo, quando membros de uma mesma classe profissional se congregam “automaticamente” por compartilharem vivências de trabalho (com destaque para as de *backstage* (Goffman, 1959), que são as mais “exclusivas” a uma comunidade).

Note-se que, embora seja uma categoria do campo, atividades relacionais estão evidentemente associadas a questões do parâmetro de relações interactanciais (*tenor*), envolvendo questões avaliativas, atributos identitários, distância social, etc. Na prática, isso significa que, quando o campo for especificado como [ação verbal: constitutiva: conceitual: relacional], a atenção do analista deverá estar voltada ao parâmetro de relações. Hasan (1999) hipotetiza que a ação [relacional] geralmente não constitui a maior parte ou a totalidade dos textos em que ocorre, aparecendo de modo prosódico, em paralelo com alguma atividade não relacional. Nossas pesquisas anteriores apontam, porém, que em certos contextos, como alguns grupos de Facebook, é possível encontrar textos que se caracterizam justamente por terem como núcleo as ações relacionais (Farhat; Gonçalves-Segundo, 2021).

Nesse ponto, é possível fazer uma sistematização dos “traços” que caracterizariam um *continuum* entre ação verbal [auxiliar] e [relacional]. O que se teria, fundamentalmente, seria uma distinção progressiva entre atividades verbais que lidam com um “objeto”, um não-eu-nem-você, até aquelas que são propriamente (inter)subjetivas, com justamente o “eu” e o “você” em foco. Para isso, são necessárias algumas variáveis fundamentais:

1. A “objetividade” da ação verbal – isto é, se o foco está nas pessoas do discurso (“eu” e “você”), em que haveria o traço -objetivo; ou se está na “não pessoa” (Benveniste, 1991), tendo o traço +objetivo.
2. Se houver o traço +objetivo, o “objeto” ao redor do qual funciona o texto pode ser +externo ao enunciado – uma outra ação – ou interno (-externo), fruto da própria ação verbal (um “objeto de discurso”, para usar o termo da Linguística Textual).
3. Se houver o traço +externo, o “objeto” em que se centra a ação verbal pode ser +imediato – isto é, estar presente no momento de enunciação – ou -imediato – ser previsto pela ação verbal, mas não concomitante a ela.

Deve-se ressaltar que essa caracterização em “traços” não tem a pretensão de um “estruturalismo contextual”: não pretendemos que esses aspectos sejam exaustivamente determinantes da natureza das diferentes opções. A sistematização dos traços é sobretudo uma forma de explicitar alguns pontos centrais do sistema, auxiliando o trabalho analítico, e, principalmente, evidenciando a natureza contínua do sistema: vai-se, pouco a pouco, do “sim” ao “não” (e vice-versa, já que a escolha do que é “positivo” ou “negativo” é em grande parte arbitrária). São traços que organizam uma proposta mais fluida, em que há espaços de prototipicidade e marginalidade. Com eles, chegamos a uma explicitação do *continuum* entre ações verbais auxiliares e relacionais, passando pelas práticas e epistêmicas: ver Quadro 3.

Quadro 3. A AÇÃO VERBAL em termos de “traços”

	auxiliar	constitutiva		
		prática	conceitual	
			epistêmica	relacional
objetividade	+	+	+	-
exterioridade	+	+	-	-
imediatez	+	-	-	-

Fonte: Elaboração própria

Em síntese, ações verbais [auxiliares] são centradas em um objeto exterior ao discurso e imediatamente presente; as [práticas] focam em um objeto exterior ao discurso, mas não imediato (o que pode levar a certo grau de interiorização, mas nunca como um fim em si); já as [epistêmicas] tratam de objetos interiores ao próprio discurso, refletindo sobre ele, caracterizando-o, informando sobre ele, etc.; e, enfim, as [relacionais] colocam os próprios interactantes no centro da interação: são os sujeitos, seus papéis e suas relações que estão em jogo, não um objeto.

Passando ao segundo sistema *simultâneo* que caracteriza a ação [conceitual: epistêmica], há a oposição entre as opções [recriar] e [expor], que “capturam, respectivamente, a divisão importante entre o tempo já experienciado e aquele que é, em algum sentido, presente” (Hasan, 1999, p. 291)¹¹. Hasan (1999, p. 293) afirma que tais opções, juntas, “identificam a maioria de contextos constitutivos que não são baseados em ação material, e assim sua descrição mais detalhada em sistemas secundários é crucial para uma compreensão da natureza da ação verbal na composição do campo de discurso”.¹²

Enfim, o último sistema simultâneo a que se tem acesso quando se trata de uma ação [constitutiva: conceitual] distingue as ações de [primeira ordem] das de [segunda ordem]. Hasan (1999) dá o exemplo das histórias de dormir (*nursery tales*): na primeira vez que uma história é contada (por exemplo, alguém escrevendo um livro de histórias infantis), trata-se de um caso de ação [conceitual] de [primeira ordem]; porém, se um pai compra o livro em que se encontra tal história e a conta para o seu filho (lendo em voz alta ou resumindo), teremos um caso de ação de [segunda ordem]. Assim, ações de segunda ordem sempre são *explicitamente dependentes* de uma produção semiótica anterior; elas podem ser [reprodutivas], como no caso usado como exemplo, ou [metadiscursiva], como em análises de texto, críticas, revisões bibliográficas, etc. Além disso, a base semiótica de toda ação de [segunda ordem] pode ter diferentes graus de generalidade: no caso do pai que relata a história de um livro para o seu filho, a generalidade poderá ser

¹¹ Hasan (1999) propôs originalmente os rótulos [narrar] e [informar] (*narrating e informing*), que nos parecem problemáticos – por poderem implicar, por exemplo, que somente textos narrativos se voltam ao passado, e que tais textos não seriam informativos –, de modo que preferimos classificar as opções como [recriar] (ações verbais que se voltam a um tempo experienciado, *recriando-o*) e [expor] (que se voltam a um texto que está sendo ou será experienciado, *expondo-o*).

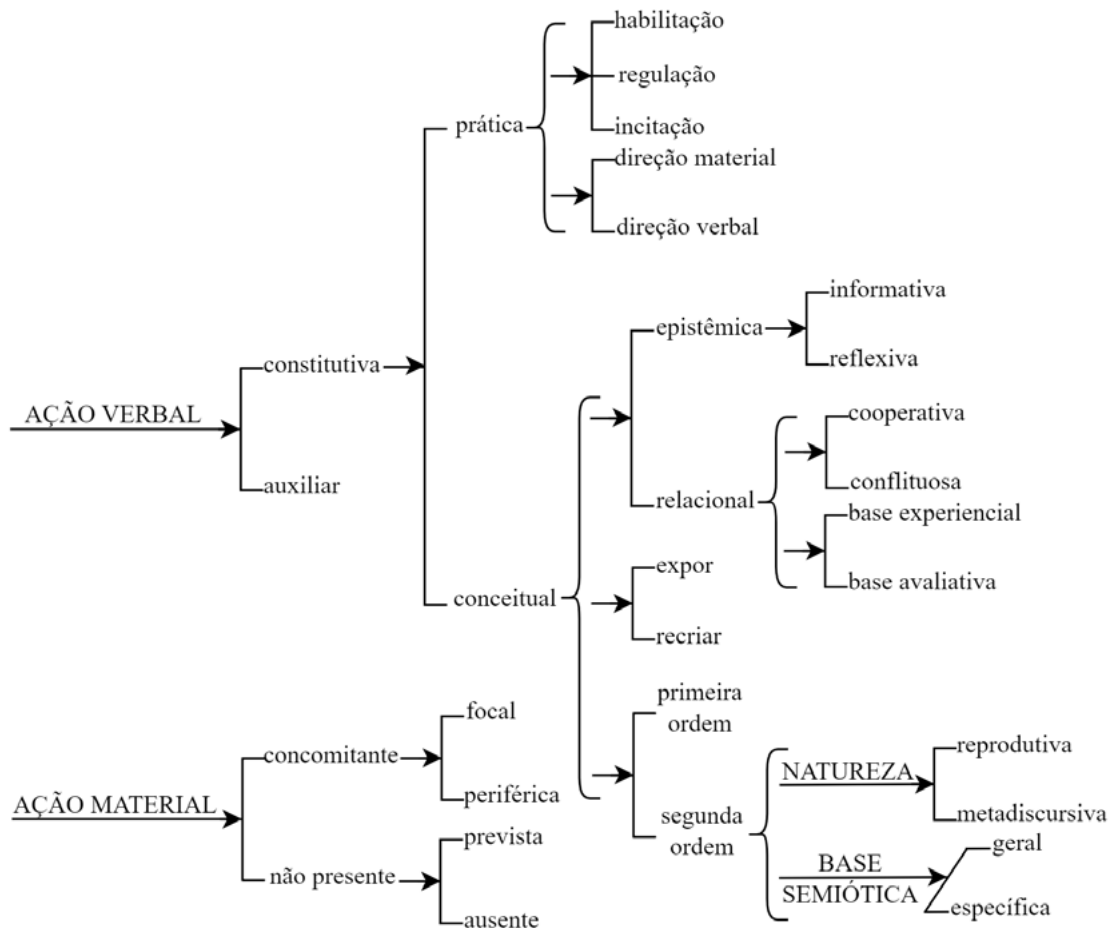
¹² Não vamos, entretanto, nos aprofundar em tais sistemas secundários, por serem altamente especulativos. Em resumo, propõe-se que “recriações” podem ser [inventivas] (“ficcionalis”) ou [relatos] (“reais”). Os relatos poderiam ser [pessoais], dizendo respeito às vivências de um indivíduo, ou [comunais], tratando de experiências comunitárias. Já as ações com o traço [expor] seriam divididas entre as que [comentam] algum fato não verbal que está acontecendo no momento de enunciação (como os comentários a um jogo de futebol) e aquelas que [descrevem] algo que vai além do aqui-agora. Vemos aqui algumas opções que poderiam cobrir o que no modelo de Martin (1992) seriam opções no estrato de gênero.

- | Entre o falar e o fazer: AÇÃO VERBAL e AÇÃO MATERIAL como parâmetros contextuais

[específica], caso a história seja contada em seus detalhes; se, porém, um texto que realiza ação de segunda ordem tiver como base um conjunto relativamente difuso de textos, como quando se escreve sobre o conjunto da obra de um autor, há um grau [geral] para a base semiótica. Entre geral e específico há uma miríade de opções intermediárias, o que é indicado pelo colchete oblíquo na Figura 9.

Com isso, concluímos a exposição dos sistemas de AÇÃO MATERIAL e AÇÃO VERBAL. Como mencionamos, não temos espaço para discussões mais detalhadas das opções e de suas motivações; recomendamos novamente a leitura dos textos de Hasan (1999, 2014, 2020) aos interessados. Nossa revisão geral dos sistemas propostos, que une as reflexões teóricas de Hasan com elementos que surgiram de nossa prática analítica, está exposta na Figura 10.

Figura 10. Os sistemas de AÇÃO MATERIAL e AÇÃO VERBAL revisados



Fonte: Elaboração própria a partir de Hasan (1999, 2020)

Questões realizacionais

Em comparação com outras redes sistêmicas, especialmente as léxico-gramaticais, as redes de AÇÃO MATERIAL e AÇÃO VERBAL apresentam uma importante lacuna: a realização de cada opção. Por exemplo, pode-se esperar que a seleção [focal; auxiliar] seja realizada por padrões semânticos que indiquem justamente a “subordinação” da linguagem verbal a uma atividade não verbal, como o uso acentuado de dêiticos. Para a maior parte das opções, porém, é muito menos óbvio quais padrões semânticos (e, conseqüentemente, léxico-gramaticais) são ativados. Dois caminhos complementares são necessários para que tal lacuna seja enfrentada: 1. a análise contextual de mais instâncias, tentando manter variáveis de modo e relações interactanciais constantes, enquanto se alteram as de campo; 2. a expansão em delicadeza do sistema, propondo opções mais específicas e, conseqüentemente, facilitando a explicitação de princípios realizacionais detalhados.

Para apontar o modo como tal trabalho pode ser iniciado, faremos breves considerações sobre a realização de algumas das opções do sistema de AÇÃO VERBAL em postagens de um grupo de Facebook que se caracteriza por reunir usuários interessados pela área de tradução e interpretação. A partir de análises qualitativas detalhadas, foi possível hipotetizar generalizações sobre a realização de três opções de AÇÃO VERBAL com base no sistema semântico-discursivo de NEGOCIAÇÃO, que sistematiza as possibilidades de sequências de atos em uma interação (Martin, 1992; Martin; Rose, 2007). *Grosso modo*, há dois grandes grupos de interação: aquelas que lidam com informações, com um “conhecedor primário” (K1) fornecendo informações para um “conhecedor secundário” (K2); e aquelas que tratam de ações, com um “ator primário” (A1) fornecendo ou prometendo ações não verbais para um “ator secundário” (A2).

Em nossas análises, verificamos os seguintes padrões realizacionais:

- Em postagens que realizam ação verbal [constitutiva: prática: habilitação: instrução], o postador (aquele que publica a “base” da postagem) assume a posição de alguém que quer saber (K2) para poder fazer posteriormente (A1), enquanto os comentadores se posicionam como conhecedores primários (K1) que enunciam diretrizes para a ação (A2). Por exemplo, em uma postagem analisada, o postador demanda sugestões para a tradução do termo inglês *queerer*, comparativo de *queer*, configurando uma demanda de informação para que se possa fazer algo posteriormente (K2/A1); os comentadores, por sua vez, fornecem respostas que são interpretáveis como diretrizes (K1/A2) – por exemplo, “Use o termo em inglês”, “[traduza como] mais diverso”.

- Em postagens realizando ação verbal [constitutiva: conceitual: epistêmica: reflexiva], a faceta epistêmica (K) fica saliente: o postador coloca uma proposição polêmica (K1) em jogo e os comentadores fornecem respostas (K1) em que expõem suas visões sobre o assunto. Por exemplo, em uma postagem analisada, o postador escreve: “Não há lei, nem divina nem humana, que obrigue a cobrar por lauda”, assumindo claramente um papel de conhecedor primário (K1); os comentadores, em suas respostas, fornecem em sua grande maioria opiniões (convergentes ou divergentes em relação ao postador) que também os posicionam como conhecedores primários.
- E, em postagens de ação verbal [constitutiva: prática: incitação], constatou-se uma configuração de “oferta de emprego”. O postador é um ator secundário (A2) que tenta fazer com que os comentadores assumam a posição de atores primários (A1), oferecendo-se ou indicando outros potenciais candidatos; simultaneamente, o postador também é conhecedor secundário (K2), visto que procura informações, enquanto os comentadores se posicionam como conhecedores primários (K1), já que já detêm tal conhecimento. Por exemplo, em uma postagem, o postador escreve: “Procuro profissionais para a revisão de traduções nos seguintes pares: [...] Alguém poderia me indicar? Inbox ou por email [...]”, pedindo informações (K2) e ações (A2); como resposta, recebe tanto comentários que sinalizam a realização de ações (A1, p. ex. “Te enviei inbox!”) quanto enunciados que indicam simplesmente interesse (K1, p. ex. “Para ingles britânico tenho interesse”) ou formas de contato (K1, p. ex. número de telefone).

Em síntese, chegamos aos seguintes padrões realizacionais:

Quadro 2. Padrões realizacionais em postagens de um grupo de Facebook

	[instrução]	[reflexiva]	[incitação]
postador	K2/A1	K1	K2/A2
comentador	K1/A2	K1	K1/A1

Fonte: Elaboração própria

Tais generalizações devem ser vistas, porém, com cuidado: trata-se de padrões encontrados no grupo estudado que, muito provavelmente, também refletem padrões de relações intertácias e modo, de forma que não podem ser consideradas “declarações realizacionais” diretas de cada uma das opções de campo. O que pretendemos apontar é que, com trabalhos empíricos, tanto qualitativos quanto quantitativos, é possível fazer hipóteses que, embora circunscritas a contextos mais específicos do que o contexto

de cultura como um todo (nos exemplos, o contexto relativamente “pequeno” de um grupo de Facebook), podem jogar luz sobre a relação de realização entre contexto e semântica (e, conseqüentemente, léxico-gramática, etc.). Quanto mais trabalhos sobre tais contextos “menores” – isto é, em graus intermediários na escala de instanciação –, mais refinamentos paradigmáticos serão possíveis e mais perto poderemos chegar de princípios realizacionais no nível do contexto de cultura, o que teria imenso valor teórico e metodológico.

Ilustrações analíticas: o perfil acional de um grupo de Facebook

O mesmo grupo de Facebook que utilizamos como exemplo na seção anterior servirá para mostrar a utilidade “holística” do uso de sistemas como o de AÇÃO VERBAL para a descrição de padrões contextuais em um determinado ambiente, agora com algumas considerações quantitativas que, embora bastante limitadas, sugerem caminhos de pesquisa promissores.

Em nossa pesquisa, inicialmente analisamos qualitativamente oito postagens provenientes do grupo em questão. As restrições para a coleta de tais instâncias foram: 1. ao menos metade do *corpus* deveria ter tela-base verbo-pictórica, isto é, apresentar texto verbal escrito e imagem na seção “básica” da postagem (a parte “acima” dos comentários); 2. todas as postagens teriam de apresentar ao menos vinte e cinco comentários. Tais critérios foram estabelecidos para garantir que questões de multimodalidade fossem parte central de nossa pesquisa e para que houvesse material semiótico suficiente nos comentários para que investigássemos interações minimamente complexas. Oito postagens foram coletadas e analisadas, tendo como base metodológica as descrições da Linguística Sistêmico-Funcional (Halliday; Matthiessen, 2014; Figueredo, 2011) para enunciados verbais e da Gramática do Design Visual (Kress; van Leeuwen, 2006) para instâncias pictóricas. Após a análise textual de cada postagem, fizemos também considerações analíticas sobre a realização dos parâmetros contextuais de campo, relações e modo a partir das propostas de Hasan (1999, 2014, 2020).

Tal incursão qualitativa chegou, em relação aos sistemas de AÇÃO MATERIAL e AÇÃO VERBAL, aos seguintes resultados:

1. [constitutiva: prática: habilitação: instrução] (4/8): postagens em que o postador pede “conselhos”, “instruções” ou “sugestões” aos outros membros do grupo (por exemplo, “como traduzir X?”);

2. [constitutiva: conceitual: epistêmica: reflexiva] (3/8): postagens em que o postador enuncia/reproduz algo polêmico na tela-base, gerando uma discussão em que não há consenso fácil;
3. [constitutiva: prática: habilitação: incitação] (1/8): postagem em que o postador, pedindo indicações de profissionais, faz uma espécie de “oferta de emprego”.

Análises qualitativas como as empreendidas possibilitaram que chegássemos às hipóteses realizacionais apresentadas na seção anterior. Entretanto, os critérios de seleção do *corpus* e sua extensão limitada dificultam seriamente generalizações acerca do padrão contextual encontrado no grupo como um todo. Assim, após a investigação qualitativa, coletamos aleatoriamente outras quarenta e duas postagens e fizemos observações preliminares sobre a ação verbal preponderante em cada uma. Os resultados foram os seguintes (com um total de cinquenta postagens):

1. epistêmica (50%):
 - a. reflexiva (32%):
 - ii. “provocação” (16%): o postador enuncia ou reproduz uma provocação, gerando um debate nos comentários;
 - iii. “exercício de tradução” (8%): o postador reproduz um trecho literário a ser traduzido nos comentários, gerando sugestões e discussões (trata-se de um caso no limite entre ação epistêmica e prática);
 - iv. “debate sobre má tradução” (6%): o postador reproduz na tela-base uma tradução que considera “problemática”; os comentaristas debatem tal tradução;
 - v. “debate de semântica” (2%): postador e comentaristas discutem o significado de um termo.
 - b. informativa (18%): o postador divulga cursos, congressos e eventos de interesse à comunidade de tradutores. Geralmente há pouco engajamento (por exemplo, baixo número de comentários).
2. prática (40%):
 - a. habilitação: instrução (32%): o postador demanda o que/como fazer X. Os comentaristas fornecem recomendações;

- b. incitação (8%): anúncios de procura por profissionais da área.
- 3. relacional (10%): piadas sobre linguagem/tradução (4%), compartilhamento de fenômenos linguageiros “extraordinários” (4%) e saudações de membros recém-aceitos no grupo (2%).

Pode-se ver que, como esperado, nosso *corpus* inicial não incluiu algumas atividades presentes no grupo, o que possivelmente se deve às regras impostas para a coleta dos textos. A exploração quantitativa mostrou que, embora ações instrutivas e reflexivas claramente tenham um papel importante no grupo, também há espaço para atividades informativas e, em menor grau, para as relacionais.

Assim, o uso do paradigma de AÇÃO VERBAL (e de AÇÃO MATERIAL, para casos em que há variação em tal sistema) parece ser um instrumento bastante útil para a investigação das práticas globais de certa comunidade, permitindo explorações que, equilibrando métodos qualitativos e quantitativos, podem chegar a resultados ao mesmo tempo abrangentes e detalhados. Por exemplo, nossa pesquisa sugere quatro passos gerais na investigação das práticas (textuais e contextuais) de uma comunidade, da qual realizamos os primeiros dois:

1. Investigação qualitativa inicial, com *corpus* limitado, mas variado o suficiente para a exploração de diferentes práticas e, idealmente, padronizado o bastante para a hipotetização de princípios realizacionais a nível do subpotencial (como os apresentados na seção anterior).
2. Exploração quantitativa intermediária, buscando tornar o *corpus* mais “realista”, isto é, mais próximo das probabilidades de fato encontradas nas práticas da comunidade. Isso possibilita a “descoberta” de possíveis práticas que não foram verificadas na investigação inicial.
3. Análises qualitativas “quantitativamente conscientes”, isto é, tomando em consideração as práticas ainda não investigadas em seus detalhes qualitativos e, com isso, buscando a explicitação de possíveis princípios realizacionais.
4. Exploração quantitativa final, aumentando o *corpus* e, com isso, testando a efetividade dos princípios realizacionais hipotetizados anteriormente.

Trata-se, claramente, de um percurso global bastante amplo, sujeito a modificações segundo as especificidades da pesquisa. Além disso, investigações quantitativas com *corpora* que pretendem refletir fielmente a realidade de um certo espaço exigem considerações metodológicas que estão fora de nosso escopo – ver, por exemplo, o

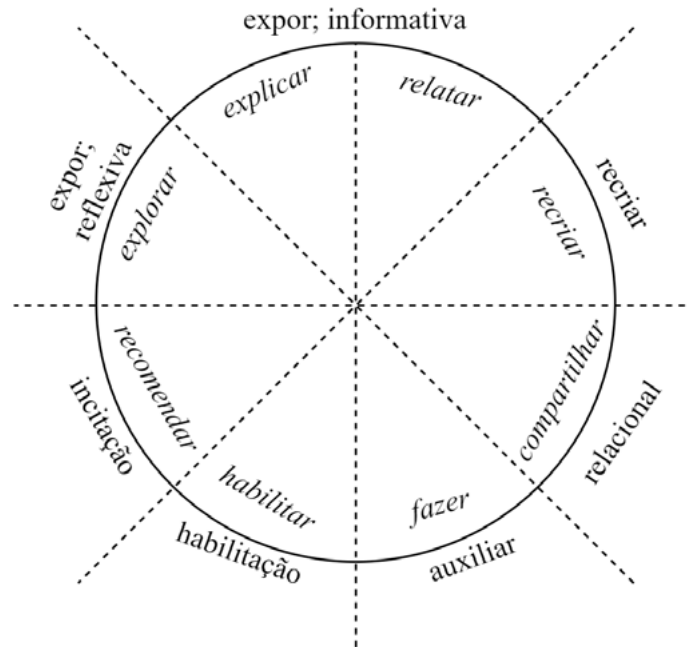
Capítulo 6 de Bateman, Wildfeuer e Hiippala (2017). Seja como for, a vantagem do uso de redes sistêmicas como as de AÇÃO MATERIAL e AÇÃO VERBAL está justamente em facilitar uma “dança metodológica” entre abordagens qualitativas, que permitem o detalhamento realizacional das diferentes opções do sistema, e quantitativas, que possibilitam a investigação de padrões probabilísticos da distribuição de diferentes práticas em um determinado contexto comunitário, institucional, etc. – isto é, em um grau intermediário na escala de instanciação.

Contrastando propostas: observações preliminares

Entre os estudos sistêmico-funcionais que não adotam um modelo estratificado do plano contextual – em outras palavras, que não subscrevem à abordagem de Martin (1992) –, a proposta de descrição paradigmática do parâmetro de campo mais conhecida e aplicada é provavelmente a de Matthiessen (2015a, 2015b), que fornece uma perspectiva topológica – isto é, como um “mapa” de opções próximas ou distantes uma das outras – sobre as diversas atividades sociossemióticas que distinguem registros em uma cultura. As propostas neste artigo, assim como as descrições originais de Hasan, são em parte redundantes com o modelo de Matthiessen, mas também trazem contribuições próprias.

Em termos de redundâncias, ressaltamos que também é possível interpretar os sistemas aqui propostos topologicamente. Isso possibilita observar que as categorias de Matthiessen encontram claros paralelos com as de Hasan, especialmente na versão revisada por nós. Tais paralelos são explicitados na figura abaixo, em que as categorias em *itálico*, internas ao círculo são as de Matthiessen, enquanto as externas são as que nos parecem mais próximas na abordagem hasaniana (a figura expõe algumas peculiaridades, como a “proximidade” entre ações verbais [relacionais] e [auxiliares], que pode ser justificada pelo fato de que ambas se centram em elementos que não são propriamente verbais: no caso das auxiliares, uma ação material focal; nas relacionais, as relações interpessoais dos interactantes).

Figura 11. Convergências entre o modelo de Matthiessen e o modelo revisado de Hasan



Fonte: Elaboração própria

A Figura 11 também indica alguns pontos em que os sistemas apresentados neste artigo são distintos da proposta de Matthiessen:

- a proposta de Matthiessen não contempla as opções do sistema de AÇÃO MATERIAL, que só são inferíveis a partir de algumas opções (por exemplo, [fazer] implica ação material [focal]);
- uma visão primariamente topológica, como a de Matthiessen, tem dificuldade em tratar sistemas simultâneos, como os que descrevem as ações conceituais, já que cada nova oposição simultânea introduz uma nova “dimensão”, algo pouco prático para representações bidimensionais (como a de Matthiessen).

Deve-se ressaltar, porém, que a proposta de Matthiessen é extremamente produtiva, tendo inclusive já sido testada em estudos no Brasil (p. ex. Figueredo, 2011; Pagano, 2020). De fato, acreditamos que os sistemas aqui apresentados podem ser vistos como complementares ao de Matthiessen: enquanto a proposta de Hasan aqui reelaborada tem as vantagens de uma perspectiva primariamente tipológica, em que diversas dimensões simultâneas podem ser interconectadas, a de Matthiessen comporta os benefícios de um ponto de vista propriamente topológico, em que se enfatizam as (des)continuidades entre as opções sistêmicas.

Considerações finais

O objetivo deste artigo foi, em primeiro lugar, familiarizar o leitor lusófono com parte da proposta de Hasan (1999, 2014, 2020) sobre o parâmetro contextual de campo, fornecendo um instrumento metodológico para a análise qualitativa e quantitativa de contextos, o que permite detalhamento, testabilidade e comparabilidade e, com isso, facilita o sempre complexo trabalho de propor generalizações de base empírica sobre as relações entre texto e contexto. Além disso, o artigo trouxe discussões potencialmente úteis para os estudos sistêmico-funcionais como um todo: 1. com base em pesquisas empíricas, propusemos algumas alterações nos sistemas originalmente propostos em Hasan (1999), aprimorando sua aplicabilidade; 2. debatemos possíveis caminhos para lidar com um dos grandes problemas da descrição paradigmática do contexto – a questão da realização; 3. construímos uma aproximação entre as propostas de Hasan e Matthiessen para a descrição do campo, indicando convergências, divergências e complementaridades.

Esperamos, com isso, que outros pesquisadores sejam encorajados a tratar o contexto como um objeto complexo, de difícil apreensão, mas não totalmente caótico – sempre exigindo prolongados esforços coletivos de pesquisa. Idealmente, tais esforços seriam organizados “tipologicamente”: diferentes pesquisadores se centrariam na investigação teórica e empírica de cada uma das opções dos sistemas contextuais, o que permitiria sofisticadas importantes em termos paradigmáticos (explicitando subsistemas mais delicados) e realizacionais (explorando princípios de realização).¹³

Com a concretização de tais esforços, estaremos em uma posição mais adequada para discutir uma miríade de questões que envolvem a interface entre ação e linguagem, desde problemas puramente teóricos até aqueles que evidenciam a aplicabilidade da teoria – na educação, na tradução, na estilística, entre muitas outras áreas.

Referências

BATEMAN, J. A.; WILDFEUER, J.; HIIPPALA, T. **Multimodality – Foundations, Research and Analysis: A Problem-Oriented Introduction**. Berlim: Walter de Gruyter, 2017.

¹³ Há, além disso, outra questão que deverá ocupar parte importante de pesquisas futuras: a problemática da multimodalidade-em-contexto. Em outras palavras, deveremos questionar: como sistemas semióticos não verbais realizam variáveis contextuais?; são as mesmas variáveis?; etc. Para algumas explorações iniciais, ver Farhat (2022b).

- BENVENISTE, É. Da subjetividade na linguagem. *In*: BENVENISTE, E. **Problemas de Linguística Geral I**. Campinas: Pontes, 1991.
- BOWCHER, W. L. Issues for Developing Unified Systems for Contextual Field and Mode. **Functions of Language**, v. 21, n. 2, p. 176-209, 2014.
- FARHAT, T. C. Movimentos afiliativos em interações digitais: explorações em postagens multimodais. **EntreLetras**, v. 13, n. 1, p. 317-343, 2022a.
- FARHAT, T. C. Multimodalidade e contexto: problemas, assunções e hipóteses. **Entrepalavras**, v. 12, n. 3, p. 38-61, 2022b.
- FARHAT, T. C.; GONÇALVES-SEGUNDO, P. R. A semântica das perguntas em português brasileiro: uma proposta sistêmico-funcional. **Revista do GEL**, v. 18, n. 2, p. 35-65, 2021.
- FARHAT, T. C.; GONÇALVES-SEGUNDO, P. R. Identidades em comunhão: estratégias multimodais de individuação em um grupo de Facebook. **Texto Digital**, v. 17, n. 2, p. 35-71, 2021b.
- FIGUEREDO, G. P. **Introdução ao perfil metafuncional do português brasileiro: contribuições para os estudos multilíngues**. 2011. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.
- HALLIDAY, M. A. K. **Language as social semiotic: The social interpretation of language and meaning**. London: Hodder Arnold, 1978.
- HALLIDAY, M. A. K.; HASAN, R. **Language, Context and Text: aspects of language in a social-semiotic perspective**. 2. ed. Oxford: Oxford University Press, 1989.
- HALLIDAY, M. A. K.; MATTHIESSEN, Christian M. I. M. **Introduction to Functional Grammar**. 4. ed. New York/London: Routledge, 2014.
- HASAN, R. Speaking with reference to context. *In*: GHADESSY, M. (org.). **Text and Context in Functional Linguistics**. Amsterdam: John Benjamins, 1999. p. 219-328.

- | Entre o falar e o fazer: AÇÃO VERBAL e AÇÃO MATERIAL como parâmetros contextuais

HASAN, R. The place of context in a systemic functional model. *In*: HALLIDAY, M. A. K.; WEBSTER, J. (org.). **Continuum Companion to Systemic Functional Linguistics**. London: Continuum International, 2009. p. 166-189.

HASAN, R. Towards a paradigmatic description of context: systems, metafunctions, and semantics. **Functional Linguistics**, v. 1, n. 1, p. 1-54, 2014.

HASAN, R. Tenor: Rethinking interactant relations. **Language, Context and Text**, v. 2, n. 2, p. 213-333, 2020.

KRESS, G.; VAN LEEUWEN, T. **Reading Images: The Grammar of Visual Design**. 2. ed. London/New York: Routledge, 2006.

MARTIN, J. R. **English Text: System and Structure**. Philadelphia: John Benjamins, 1992.

MARTIN, J. R. Types of structure: deconstructing notions of constituency in clause and text. *In*: HOVY, E. H.; SCOTT, D. R. (ed.). **Computational and conversational discourse**. Heidelberg: Springer, 1996. p. 39-66.

MARTIN, J. R.; MATTHIESSEN, C. M. I. M. **Systemic typology and topology**. *In*: CHRISTIE, F. (org.). **Literacy in social processes: papers from the Inaugural Australian Systemic Functional Linguistics Conference**. Darwin: Centre for Studies of Language in Education, 1991. p. 345-383.

MARTIN, J. R.; ROSE, D. **Working with Discourse: Meaning beyond the clause**. 2. ed. Continuum: London, 2007.

MATTHIESSEN, C. M. I. M. Register in the round: registerial cartography. **Functional Linguistics**, v. 2, p. 1-48, 2015a.

MATTHIESSEN, C. M. I. M. Modelling context and register: The long-term project of registerial cartography. **Letras**, v. 25, n. 50, p. 15-90, 2015b.

PAGANO, A. S. Modelagem da linguagem e do contexto na teoria sistêmico-funcional. **Revista da ABRALIN**, v. 19, n. 3, p. 25-49, 17 dez. 2020.

THOMPSON, G. Acting the part: lexico-grammatical choices and contextual factors.
In: GHADESSY, M. (org.). **Text and Context in Functional Linguistics**. Amsterdam: John Benjamins, 1999. p. 101-124.

COMO CITAR ESTE ARTIGO: FARHAT, Theodoro C.; GONÇALVES-SEGUNDO, Paulo Roberto. Entre o falar e o fazer: AÇÃO VERBAL e AÇÃO MATERIAL como parâmetros contextuais. **Revista do GEL**, v. 20, n. 2, p. 149-177, 2023. Disponível em: <https://revistadogel.gel.org.br/>

Submetido em: 09/09/2023 | Aceito em: 21/09/2023.
